

## OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS INFORME BRASIL Nº 6/2012

Período: 10/03/2012 – 16/03/2012

**GEDES – Brasil**

- 1- Ministério Público Federal analisa o julgamento de militares por crimes permanentes
- 2- Primeira denúncia de crime permanente é encaminhada à Justiça
- 3- Familiares de mortos e desaparecidos políticos requisitam que Comissão da Verdade auxilie nos processos relativos a crimes permanentes
- 4- Decretos Reservados desafiam trabalho da Comissão da Verdade
- 5- Chefes das Forças Armadas tentam contornar crise com militares da reserva
- 6- Escritório de um dos responsáveis pelo manifesto “Alerta à Nação” foi invadido
- 7- Suécia envia comitiva a Brasília para promoção do caça Gripen
- 8- Marinha enfrenta problemas com porta-aviões
- 9- Vila Cruzeiro é marcada por incidentes entre militares e a população
- 10- Deputado apresenta projeto para realização de consulta popular a respeito do uso da energia nuclear no Brasil

### 1- Ministério Público Federal analisa o julgamento de militares por crimes permanentes

Conforme noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o Ministério Público Federal (MPF) está trabalhando para que sejam instalados processos que responsabilizem pessoas envolvidas nos chamados crimes permanentes – seqüestro e ocultação de cadáver – praticados por agentes do Estado no período do regime militar brasileiro (1964-1985). A ideia é que os autores de tais crimes não podem ser abarcados pela Lei de Anistia, uma vez que esta abrange atos cometidos até 15 de agosto de 1979, e tais crimes se perpetuam até que os restos mortais das vítimas sejam localizados. Em São Paulo, procuradores federais planejam julgar as primeiras ações dos casos, concentrando-se em quatro principais. O primeiro deles, o de Edgard Aquino Duarte, um dos 156 casos de desaparecimento forçado, está na segunda audiência do ano. Segundo o *Estado*, militares da ativa e da reserva rechaçaram a decisão do MPF, afirmando que a questão já foi discutida e encerrada com a aprovação da anistia, e que o episódio é apenas uma tentativa de tumultuar o processo democrático. Por outro lado, setores do MPF, militantes de direitos humanos e políticos de esquerda crêem na existência de lacunas na lei, que levariam à condenação de civis e militares. Já outros representantes de militares e especialistas em questões jurídicas sustentam que o debate foi encerrado em 2010, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que a lei de Anistia beneficiou ambos os lados, encerrando assim a possibilidade de punir militares que cometeram crimes durante o regime militar. O acórdão do julgamento do STF teria, de acordo com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), consolidado que qualquer tentativa de revogação da lei de Anistia estaria fadada ao insucesso, em decorrência da aplicação da prescrição. Contudo, a OAB apresentou um embargo à decisão do STF, que

será julgado em breve, argumentando que “inexistindo a data da morte, não há incidência do fenômeno prescritivo”. Nesta interpretação, a tese do crime permanente apresentada pelo MPF seria procedente. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 12/03/12*)

## 2- Primeira denúncia de crime permanente é encaminhada à Justiça

Conforme noticiado pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o Ministério Público Federal (MPF) encaminhou à Justiça Federal em Marabá (estado do Pará), no dia 14/03/12, a primeira denúncia de crime permanente, referente à violações de direitos humanos praticadas no período do regime militar brasileiro (1964-1985). O indiciado é o coronel da reserva Sebastião Curió Rodrigues de Moura, o major Curió, acusado de seqüestrar cinco militantes contrários ao regime militar, durante a Guerrilha do Araguaia (1972-1975): Maria Célia Corrêa (Rosinha), Hélio Luiz Navarro Magalhães (Edinho), Daniel Ribeiro Callado (Doca), Antônio de Pádua Costa (Piauí) e Telma Regina Corrêa (Lia). Conforme relatado pelo *Correio Braziliense*, o procurador da República Sérgio Gardenghi afirmou que “o crime de sequestro é de natureza permanente e só termina quando a vítima é posta em liberdade ou quando o corpo é localizado”. Já o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, evitou comentar sobre a possibilidade do major Curió responder pelos crimes, reafirmando a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que os fatos estão abarcados pela Lei de Anistia (1979). Gurgel disse que acredita que o caso será julgado pelo STF, pois esta é uma questão jurídica nova. O general da reserva Marco Antonio Felício, em entrevista para o *Estado*, classificou as tentativas de investigação dos militares como “revanchismo ideológico”, e ressaltou a generalidade da Lei de Anistia, mencionando que esta se aplica ao caso do major Curió. Em declaração à *Folha*, o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, afirmou que as ações do MPF para processar militares que atuaram nas operações contra militantes políticos durante a Guerrilha do Araguaia não são “adequadas” e nem “devem render frutos”, pois estarão violando entendimento do STF que impede a punição de militares acusados de tortura. De acordo com o *Correio*, o ministro da Defesa, Celso Amorim, limitou-se a afirmar que o STF revalidou a anistia aos militares em 2010. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, a alta comissária adjunta das Nações Unidas para Direitos Humanos, Kyung-wha Kang, afirmou que apoia a iniciativa do MPF de denunciar o major Curió, pois a Lei de Anistia brasileira não impede que os crimes relacionados ao desaparecimento de pessoas durante o regime militar sejam investigados. Para Louis Joinet, ex-relator da ONU por 30 anos, a iniciativa do MPF foi vista como “um alívio”. Sobre a reação dos militares brasileiros, Kang acha natural que ocorra. De acordo com o *Correio*, a argumentação do MPF se baseia em dois casos de extradição de militares argentinos, julgados pelo STF, cujo entendimento foi de que o crime de sequestro praticado por eles ainda estariam acontecendo já que suas vítimas jamais apareceram. (*Correio Braziliense – Política – 14/03/12; Correio Brasiliense - Política - 15/03/12; Folha de S. Paulo – Poder – 14/03/12; Folha de S. Paulo – Poder – 16/03/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 11/03/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 12/03/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/03/12; O Estado de S. Paulo - Nacional - 15/03/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/03/12*)

### 3- Familiares de mortos e desaparecidos políticos requisitam que Comissão da Verdade auxilie nos processos relativos a crimes permanentes

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o debate fomentado pelas ações do Ministério Público Federal (MPF) para responsabilizar agentes do Estado envolvidos em crimes permanentes durante o regime militar brasileiro (1964-1985) também atingiu a Comissão da Verdade. Ainda que o governo apóie a premissa de que a Comissão terá caráter histórico, de reconciliação e elucidação de fatos ocorridos no período militar, setores próximos de familiares de mortos e desaparecidos políticos acreditam que a Comissão pode auxiliar as autoridades no campo jurídico. Em São Paulo, o presidente do órgão estadual criado para complementar o trabalho da Comissão da Verdade, estabelecido há poucos dias na Assembléia Legislativa, deputado Adriano Diogo, disse que o objetivo é reunir o máximo de documentos e provas, com o apoio das famílias de perseguidos políticos, para que o material seja utilizado pelos procuradores. Apesar de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) defenderem que não existe espaço para punir militares que cometeram crimes durante o regime militar, dois julgamentos promovidos pela Corte, em 2009 e 2011, geraram dúvidas sobre essa questão. A exemplo, tem-se o fato que, em dois processos de extradição, o STF confirmou o entendimento de que são crimes permanentes os sequestros praticados durante a ditadura Argentina, cujas vítimas ainda não foram localizadas. O *Estado* relatou que a Associação Juizes para a Democracia publicou um manifesto exigindo mais agilidade na constituição da Comissão da Verdade. Segundo o texto, "nós, juízas e juizes brasileiros, exigimos que o País quite a enorme dívida que possui com o seu povo e com a comunidade internacional, no que diz respeito à verdade e justiça dos fatos praticados pela ditadura militar", (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 12/03/12*; *O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/03/12*)

### 4- Decretos Reservados desafiam trabalho da Comissão da Verdade

O jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que os Decretos Reservados (DRs), documentos que durante anos foram suspeitos de guardar possíveis ferramentas de legalização de repressão política e torturas no período do regime militar brasileiro (1964-1985), apresentam um desafio ao trabalho da Comissão da Verdade. Tais decretos, também conhecidos como Decretos Secretos, foram criados durante o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e possivelmente foram destruídos ou alterados. O jornal informou que no governo de João Figueiredo (1979-1985) os DRs foram bastante utilizados, principalmente para fortalecer os laços com o Serviço Nacional de Informações (SNI), a fim de militarizá-lo. Segundo o *Estado*, que tentou obter acesso aos DRs por meio de pedidos à Presidência da República, a Comissão da Verdade terá dificuldades para trabalhar com a documentação do SNI guardada no Arquivo Nacional em Brasília. Isso porque das 39 caixas que contêm os DRs, pelo menos 20 guardam listas de documentos destruídos. Nas outras caixas, aparentemente os documentos perderam páginas ou sofreram alterações para ocultar informações. A Comissão da Verdade, criada na presidência de Dilma Rouseff, busca esclarecer os casos de violações de direitos humanos

ocorridos no Brasil no período 1946 a 1988. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 11/03/12)

5- Chefes das Forças Armadas tentam contornar crise com militares da reserva

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, os chefes das Forças Armadas têm conversado com os militares da reserva na tentativa de contornar a crise gerada pelos manifestos publicados recentemente, criticando a presidente da República, Dilma Rousseff, e o ministro da Defesa, Celso Amorim, conforme já publicado nos Informes Brasil anteriores. Na avaliação do jornal, a ação dos comandantes visa evitar a aplicação das punições determinadas pelo governo. Dois encontros entre o general Enzo Peri, comandante do Exército, e os líderes do manifesto “Alerta à Nação” já ocorreram e o terceiro está previsto para os próximos dias. De acordo com os militares presentes na reunião, o comandante afirmou que não haverá punição formal aos que assinaram a nota com críticas à presidente. Além disso, foram instigados pelo comandante Enzo a trabalharem para manter o Exército coeso. Para um oficial da reserva, as punições não ocorrerão porque não há base legal para isso, entretanto, oficialmente, o Exército afirma que as punições não foram descartadas. Fontes do governo classificam como satisfatória a forma como a crise tem sido administrada. (*Correio Braziliense* – Política – 16/03/12)

6- Escritório de um dos responsáveis pelo manifesto “Alerta à Nação” foi invadido

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o escritório do coronel Pedro Ivo Moezia foi invadido na madrugada do dia 09/03/12. O coronel é um dos coordenadores do manifesto “Alerta à Nação”, no qual militares da reserva criticaram ações do governo e afirmaram não reconhecer a autoridade do ministro da Defesa, Celso Amorim, de intervir no Clube Militar. Moezia acredita que o crime teve “motivações políticas”. Segundo o delegado que investiga o caso, Reinaldo Vilar, apenas documentos foram revirados e nenhum objeto de valor foi roubado. O coronel Moezia ainda é responsável por outras divergências com o governo, a exemplo de duas ações que move para questionar a criação da Comissão da Verdade, e do ingresso de uma representação no Ministério Público para investigar se houve crime de responsabilidade do ministro da Defesa e da presidente da República, Dilma Rousseff, na interferência que acabou por suspender uma nota publicada pelo Clube Militar. (*Correio Braziliense* – Política – 10/03/12)

7- Suécia envia comitiva a Brasília para promoção do caça Gripen

Conforme publicado no jornal *Correio Braziliense*, foi enviada à Brasília uma comitiva sueca, comandada pelo chefe do parlamento e composta pelos mais altos executivos da Saab, empresa produtora dos caças Gripen NG. Segundo o ministro da Defesa brasileiro, Celso Amorim, a decisão de compra de um novo lote de aviões para a Força Aérea Brasileira (FAB) deve ser tomada até o meio deste ano. A visita teve como intuito promover os aviões nesse momento decisivo. De acordo com os suecos, o fato de seu país ser neutro no cenário internacional deve ser um argumento favorável. Segundo o *Correio*, os

estadunidenses, que concorrem com o F-18 Super Hornet, da Boeing, pressionam o governo brasileiro com a suspensão da compra de um lote dos Super Tucanos, da Embraer. A França, que oferece o caça Rafale, da Dassault, emparelhou-se com a Suécia nessa disputa após a venda de um lote dos Rafale para Índia, isso porque a Saab já havia emplacado os Gripen na África do Sul. Entretanto, o jornal avaliou que a saída de Luiz Inácio Lula da Silva da presidência do Brasil, em 2011, e a provável saída de Nicolas Sarkozy da presidência da França, neste ano, devem diminuir as expectativas de que o Brasil escolha o caça francês. O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que a França espera que a decisão sobre a aquisição de novos caças para a FAB seja divulgada ainda em 2012, conforme declaração do embaixador francês no Brasil, Yves Saint-Geourgs. Atualmente, o modelo Rafale é o favorito, mesmo sendo considerado o mais caro entre os concorrentes. (Correio Braziliense – Mundo – 10/03/12; Folha de S. Paulo – Poder – 16/03/12)

#### 8- Marinha enfrenta problemas com porta-aviões

O jornal *Folha de S. Paulo* informou que o porta-aviões São Paulo, maior navio de guerra do hemisfério Sul, tornou-se um problema para a Marinha brasileira. A embarcação, fabricada na década de 1960 e adquirida da França em 2000, sofreu, somente nos últimos sete anos, seis grandes incêndios, com quatro mortos e treze feridos. Segundo a *Folha*, a Marinha também enfrenta problemas com a manutenção dos propulsores a vapor, que fazem o porta-aviões se mover; com a rede elétrica; e com a falta de peças e mão-de-obra para serviços de manutenção. Em virtude desse quadro, o porta-aviões encontra-se parado no 1º Distrito Naval do Rio de Janeiro, até que todos os seus 1.800 compartimentos sejam fiscalizados. Além disso, o jornal noticiou que o esgoto produzido a bordo não é tratado, resultando num despejo de 800 mil litros de dejetos no mar diariamente, desrespeitando normas ambientais. Em nota, a Marinha afirmou que o sistema de tratamento de esgoto deverá ser instalado apenas em 2014. O contra-almirante Paulo Maurício Alves anunciou em nota que o navio com propulsão a vapor precisa de constantes ajustes, e “pequenas avarias podem ocorrer”, ao comentar o caso mais recente envolvendo a embarcação, com a morte do marinheiro Carlos Alexandre dos Santos Oliveira, no dia 21/02/12. (Folha de S. Paulo – Poder - 11/03/12)

#### 9- Vila Cruzeiro é marcada por incidentes entre militares e a população

Conforme noticiado pela *Folha de S. Paulo*, o Exército começou, em 11/03/12, a averiguar as causas dos ataques aos militares que faziam o patrulhamento na Vila Cruzeiro, no dia 10/03/12, antes da chegada do príncipe britânico Harry ao Complexo do Alemão, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, região próxima ao incidente. De acordo com o jornal, traficantes que ainda estão na favela teriam se aproveitado da visita para atacar soldados da Força de Pacificação. O Exército informou que o conjunto de ataques, ocorrido simultaneamente em cinco locais diferentes da Vila Cruzeiro, pode ter sido planejado. Durante o confronto, três pessoas foram presas, dois homens em flagrante por estarem com tijolos e bombas de fabricação caseira atacando os militares. Três pessoas sofreram ferimentos ao serem atingidas por balas de borracha disparadas pelo Exército. Ainda segundo a *Folha*, o promotor Jorge

Luiz Melgaço, do Ministério Público Militar, pediu a investigação da denúncia de um morador da Vila Cruzeiro que disse ter sido torturado por militares da Força de Pacificação, na madrugada do dia 10/03/12. Em depoimento à polícia, o jovem de 22 anos afirmou ter sido espancado por cinco militares encapuzados, e que depois das agressões conseguiu fugir. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 12/03/12; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 13/03/12)

10- Deputado apresenta projeto para realização de consulta popular a respeito do uso da energia nuclear no Brasil

Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, Ricardo Izar, economista e deputado federal, afirmou que a construção de usinas nucleares não é justificável para o Brasil, pois o país possui uma ampla gama de matrizes energéticas limpas. Para Izar, a energia produzida nas usinas nucleares é muito mais cara do que a produzida por outras fontes. Além disso, há os problemas gerados por Angra 1 e 2, como a falta de uma rota de fuga para a população, a inadequação aos padrões internacionais de segurança, as dificuldades e o risco no armazenamento do lixo nuclear e a ameaça que tudo isso representa ao eixo Rio de Janeiro – São Paulo. Ainda de acordo com Izar, as duas usinas nucleares não produzem uma quantia significativa de energia para o país, o que possibilita trocar a fonte energética sem grandes traumas. Por tudo isso, o deputado apresentou o projeto de decreto legislativo 225/2011, que pretende realizar um plebiscito para consultar a opinião dos brasileiros acerca do uso da energia nuclear. Entretanto, Izar avaliou que o governo pretende rejeitar o projeto de plebiscito, pois seu relator na Comissão de Meio Ambiente afirmou “que cabe apenas aos congressistas decidirem sobre questões nucleares e que a manifestação popular não é cabível”. (Folha de S. Paulo – Opinião – 16/03/12)

**Sites de Referência:**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

**Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestre em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda

em Relações Internacionais); Tamires Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).